



Diáspora Venezuelana: considerações a partir da violência¹

Matheus Lira BENTO²

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS

Resumo

A presente pesquisa visa trazer contribuições para o campo dos deslocamentos forçados nas ciências sociais, com especial atenção para o caso dos refugiados. Ciente das mudanças no cenário sociopolítico global atual ao enfrentar a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, e sabendo-se da relevância social do tema, surge o objetivo geral de compreender a construção da figura do Refúgio pela violência à que esses indivíduos foram submetidos como grupo vítima, uma vez ser essa uma característica dos deslocamentos forçados comumente negligenciada em pesquisas acadêmicas. No que tange os objetivos específicos, propõe-se analisar de que maneira teorias sociais podem elucidar de forma concreta para um entendimento mais aprofundado sobre a realidade e dinâmicas sociais do deslocamento forçado, passando, portanto, pela biopolítica e necropolítica, assim como pela teoria das expulsões proposta por Saskia Sassen e do governo humanitário de Didier Fassin. Além disso, se propõe investigar a crise de migração forçada vivida pela Venezuela. Para tanto, buscou-se realizar pesquisa empírica com um grupo de quatro venezuelanos residentes na cidade de Pelotas-RS. Utilizando de metodologia qualitativa, a pesquisa conta com entrevistas semiestruturadas, bem como com revisão bibliográfica sobre os temas e dados estatísticos disponibilizados por órgãos governamentais e não governamentais.

Palavras-chave: Necropolítica; biopolítica; deslocamentos forçados.

Introdução

A presente pesquisa tem como hipótese demonstrar que a violência – costumeiramente negligenciada na literatura sobre refúgio - é o ponto de inflexão para que sujeitos sejam considerados refugiados e não migrantes. Quando tratamos do contexto de uma pessoa solicitante ou já reconhecida como refugiada internacional estamos diante de um processo de migração forçada. Não houve deliberação por parte deste sujeito sobre a mudança de país, mas sim uma expulsão absolutamente involuntária.

Diante do exposto acima, trabalharemos com o seguinte problema de pesquisa: Como se dá a construção da figura dos refugiados na cidade de Pelotas? É estabelecida pelo fato do grupo ser vítima de violência? A hipótese aqui levantada

¹ Trabalho apresentado no GT 01 – migrações internacionais contemporâneas: novas abordagens teóricas e metodológicas e novos recortes empíricos e temáticos do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL, e-mail: matheuslirabento@gmail.com



é a possibilidade da violência ser o ponto de inflexão para considerarmos um grupo de migrantes como um grupo de refugiados, tendo sofrido um deslocamento forçado.

A fim de obtermos uma resposta para esse problema, pretendemos utilizar as teorias da biopolítica (FOUCAULT, 1978) e da necropolítica (MBEMBE, 2018) para contribuir com a compreensão do tema, com a análise do cenário em que a crise de refugiados está inserida nos últimos anos.

Para tanto, o presente trabalho propõe tratar de cidadãos venezuelanos que residam na cidade de Pelotas e região, ao sul do estado do Rio Grande do Sul, a partir da análise das experiências vivenciadas por tais indivíduos durante o processo de seu deslocamento forçado.

O cenário migratório global aponta para uma tendência de restrição das fronteiras nacionais, onde uma quantia significativa dos Estados que têm como destino migrantes internacionais, adotam medidas visando o impedimento e o aumento da dificuldade do ingresso de estrangeiros em seu solo, principalmente quando se trata de imigrantes indocumentados (DPU, 2018). Observamos, igualmente, um *limbo jurídico* na qual as essas categorias normativas são mobilizadas, inclusive para confundir e dificultar a regularização dos venezuelanos na cidade.

A literatura atual busca não tratar o imigrante a partir da denominação de ilegalidade, como outrora, uma vez que o ato de migrar já se consolidou como um direito humano e nenhum indivíduo – já se demonstrou - ter como característica sua ilegalidade. O lema “nenhum ser humano é ilegal”, nesse sentido, aparece com muita frequência nas publicações acadêmicas e mediáticas. Neste sentido, a presente pesquisa se coaduna com esta postura e utiliza o termo “imigrante não documentado”, sendo estes, todo aqueles “que não possuem os documentos e as formalidades exigidas para sair do país de origem ou de residência, ingressar, trabalhar e/ou permanecer no país de destino.” (DPU, p. 17, 2018).

Em adição à legislação apresentada, temos que o Brasil, atualmente, possui sua conjuntura migratória caracterizada por três dimensões. O país aparece tanto como de trânsito de pessoas que objetivam se estabelecer em um terceiro Estado, quanto, um local de origem para pessoas de nacionalidade brasileira que buscam emigrar, ao mesmo tempo em que também se trata de um receptor de migrantes



internacionais, solicitantes de refúgio e brasileiros que estão retornando ao seu país de origem. (DPU, 2018).

Cientes da posição do Brasil na conjuntura global de crise de deslocamentos forçadas, principalmente frente à magnitude de tal contenda, diariamente retratada em diversos meios midiáticos, sobre a qual a Organização Internacional de Migração (OIM) estima que desde o ano de 1996, aproximadamente 75.000 migrantes tenham perdido suas vidas antes mesmo de alcançar o seu destino, volta-se à questão da violência enfrentada por tais atores sociais (OIM, 2019).

Aportes da América Latina: um panorama sobre o Refúgio e a Venezuela

Com 70,8 milhões de pessoas forçadas a se deslocar no mundo – sendo que destes casos 41,3 milhões tratam de deslocamentos internos, 25,9 milhões de deslocamentos internacionais e 3,5 milhões contam com seus pedidos ainda em processamento – a cada minuto 25 pessoas são obrigadas a deixarem seus lares globalmente por motivos de perseguição e conflitos de suas regiões (ACNUR, 2019).

Do total de refugiados, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais da metade (57%), advém de três países, sendo eles: a Síria, com 6,7 milhões, o Afeganistão com 2,7 milhões e o Sudão do Sul com 2,3 milhões. Podemos perceber que estes números são indicadores de cenários de guerras civis e conflitos armados com desrespeito generalizado aos direitos humanos (ACNUR, 2019).

Por outra perspectiva, há um total de 11.231 pedidos de Refúgio reconhecidos no Brasil, sendo que em 2018 foram aprovadas 1.086 solicitações. Um número ainda pequeno frente à dimensão populacional do país. Do total, sírios representam 36% da população refugiada, seguidos pelos nativos da República Democrática do Congo com 15%, angolanos com 9% e colombianos com 7%. (CONARE, 2018).

Trata-se de números demasiadamente enxutos frente à dimensão do país, tendo em vista sua localização geográfica: o Brasil é distante das principais zonas de conflito responsáveis pela *geração* de uma grande quantidade de indivíduos em situação de refúgio, o que não o impede de figurar em destaque nas principais rotas de destino de pessoas forçadas a se deslocar (DPU, 2018). Ademais, frente ao aumento dos deslocamentos forçados observados nos últimos anos, e o



subsequente crescimento dos pedidos de refúgio, o país não parece cumprir com obrigações mínimas em relação à crescente demanda dos refugiados.

Entretanto, o cenário tende a ser modificado diante de acontecimentos na América Latina e do Sul, como o acirramento dos conflitos e tensões políticas enfrentadas pela vizinha Venezuela nos últimos anos. É provável, caso não se modifique a situação atual, que em poucos anos o maior número de refugiados sobre proteção brasileira sejam de origem venezuelana. Principalmente se for considerada a informação fornecida pelo ACNUR de que, mundialmente, 80% dos refugiados vivem em países vizinhos a seus países de origem³. Dado primeiramente divulgado em 2010 pelo relatório anual de tendências globais sobre Refúgio realizado pelo ACNUR e que vem se confirmado através dos anos, até o momento do último disponibilizado.

Além disso, não podemos esquecer-nos das consequências nas mais variadas esferas que ainda são sentidas em decorrência dos desastres ambientais enfrentados pelo Haiti na transição da primeira e segunda década do corrente século (BELLEGARDE-SMITH, 2011). O país experimentou severos impactos econômicos e sociais após o terremoto de 2010, que deixou cerca de 300 mil mortos, com implicações para os refugiados ambientais, categoria proposta originalmente em 1985, mas ainda não consensuada tendo em vista que não são contemplados na Convenção da ONU de 1951 (GUERRA, 2018).

Na mesma toada, ainda que sem um desastre ambiental, o cenário sociopolítico venezuelano contemporâneo evidencia que o país é palco de uma crise econômica e política de grandes dimensões, desencadeando em uma situação de desrespeito generalizado aos Direitos Humanos:

Aproximadamente 4.5 milhões de refugiados e migrantes deixaram a Venezuela como um resultado da turbulência política, instabilidade socioeconômica e a crise humanitária em andamento – engatilhando o maior deslocamento na história recente da América Latina. A vasta maioria dos venezuelanos em movimento (3.7 milhões) tem permanecido na região. A Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes advindos da Venezuela, um total de 1.4 milhões. Outras nações acolhedoras incluem Peru (86,000), Chile (371,000), Equador (330,000) e Brasil (212,000) (OIM; 2020).⁴

³ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2011/06/20/paises-em-desenvolvimento-abrigam-80-dos-refugiados-do-mundo/>. Acesso em 30/07/2020.

⁴ Em inglês, no original: Approximately 4.5 million refugees and migrants have left Venezuela as a result of the political turmoil, socio economic instability and the ongoing humanitarian crisis – triggering the largest displacement in Latin America's recent history. The vast majority of Venezuelans on the move (3.7 million) have



Somente em 2018 foram registrados 341,8 mil novos pedidos de Refúgio no mundo, sendo que o maior número de solicitações é oriundo da América do Sul, mais precisamente da Venezuela, de acordo com o ACNUR em seu Relatório Anual de Tendências Globais desse mesmo ano.

O número de venezuelanos deslocados de forma forçada cresceu exponencialmente nos últimos anos, sendo que até o ano de 2018 o ACNUR havia registrado que cerca de 3,4 milhões de nacionais estão fora da fronteira do país, o que caracteriza a Venezuela como um dos países que mais produz refugiados no mundo (ACNUR, 2019). Esse número deve ser considerado principalmente em relação ao dado que até 2020, a OIM verificou que o índice ultrapassou a marca de 4,5 milhões de deslocados de forma forçada, conforme visto acima.

O Brasil conta com 96 mil migrantes venezuelanos até o momento da publicação do último relatório anual publicado pelo ACNUR, em 2019, referente ao ano anterior. Sendo que, a partir do programa de Interiorização dos Imigrantes, denominado Operação Acolhida, comandado por Subcomitê Federal e assistido pela Organização Internacional de Migração, a região sul do país recebeu 14.262 pessoas advindas da Venezuela, até o mês de abril de 2020. Importante salientar que a referida operação beneficiou 36.523 imigrantes desde o seu início, em 2018 (OIM, 2020).

Apenas o estado do Rio Grande do Sul recebeu 4.552 imigrantes, sendo 1.340 para a capital, Porto Alegre, e o restante para o interior do estado. O relatório de 2020 não traz a informação de quantos venezuelanos foram recebidos pela cidade de Pelotas, mas o referente ao ano anterior informa que 0,1% dos beneficiários da Operação Acolhida se encontram nesta cidade do interior gaúcho (OIM, 2019).

De uma forma geral, o ano de 2018 no Brasil representou o ano com maior número de solicitações de Refúgio da história, com 80 mil pedidos, sendo que destes, 61.681 são provenientes de nacionais venezuelanos. Em segundo lugar, estão os solicitantes de nacionalidade haitiana, com 7.030 pedidos, seguidos pelos cubanos com 2.749 pedidos e chineses com 1.450 pedidos (CONARE, 2018).

stayed within the region. Colombia hosts the greatest number of refugees and migrants from Venezuela, a total of 1.4 million. Other hosting nations include Peru (860,000), Chile (371,000), Ecuador (330,000) and Brazil (212,000). Tradução do autor.



Entretanto, no mesmo ano, de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) (2018), mesmo diante do alto número de solicitações de refúgio, apenas 777 pedidos foram deferidos, sendo a expressa maioria para nacionais sírios (476), seguidos de palestinos (52), nacionais da República Democrática do Congo (50), cubanos (45) e paquistaneses (43). O que gera, portanto, uma dúvida em relação às solicitações de refúgio por parte dos venezuelanos, uma vez 2018 ter sido o ano mais solicitações e a maioria massiva ser proveniente destes. A resposta provavelmente se encontra em uma certa morosidade na tramitação dos processos de refúgio, uma vez que, de acordo com o Coordenador-Geral do CONARE, os solicitantes têm aguardado, em média, dois anos para ter sua solicitação analisada. A situação fica mais evidente quando examinamos o número total de solicitações pendentes que se encontram em tramitação junto ao CONARE, as quais totalizam a marca de 161.057 (FRANCO, 2018).

Independentemente dos empasses burocráticos que os venezuelanos se deparam em solo brasileiro, o país situado no norte da América do Sul enfrenta uma de suas maiores crises humanitárias, com dados alarmantes de violência e desrespeito generalizado aos direitos humanos.

Dentre os motivos que impulsionam e servem de combustíveis para a situação estão uma forte crise de saúde, alimentação, perseguição, repressão, controle social, violência generalizada, o colapso de fornecimento de serviços públicos básicos como água, luz e gás, bem como a desestrutura econômica do país de uma forma geral (OEA, 2019).

Além da violência sofrida pelos agentes representantes estatais, a população enfrenta índices de violência urbana generalizada, tendo sido registrado crescimento das taxas de homicídio, de crimes em geral e de impunidade em todo território nacional (OEA, 2019).

Segundo o Observatório Venezuelano de Violência (OVV) houve um total de 23.047 homicídios no território nacional no ano de 2018, correspondendo a uma taxa de 81,4 para cada 100 mil habitantes (OVV, 2018). Ainda, conforme informa a Anistia Internacional, em relatório lançado em setembro de 2018, cerca de 90% dos crimes cometidos não são processados, afirmando inclusive:



Venezuela é responsável por violações do direito a vida e integridade física de centenas de vítimas em dois níveis. Primeiramente, o Estado falhou em garantir o direito a vida em um contexto de violência entre indivíduos privados. E secundamente, o Estado implementou medidas repressivas, adotando métodos militares, em resposta ao crime, o que levou à sérias violações de direitos humanos, em particular execuções extrajudiciais (INTERNATIONAL AMNESTY, 2018, p. 05)⁵

De forma complementar, de acordo com a OEA (2019), desde 2014 até maio de 2019 foram registradas 14.986 prisões arbitrárias e, pelo menos, 8.451 pessoas sujeitas a medidas cautelares em processos penais injustos, por motivações políticas.

Violência: um *combustível* do deslocamento humano

Tão antigos quanto os conflitos e os surgimentos das sociedades, são também as necessidades de deslocamento por motivos de violência. Logo, seria difícil definir, historicamente, o surgimento do Refúgio como um acontecimento social, sendo que desde o início da humanidade há registros do costume de acolher populações em situação de vulnerabilidade.

É necessário proporcionar aqui um destaque para as populações majoritariamente atingidas pela violência decorrente de conflitos polissêmicos e delimitar de forma clara quais coletivos sofreram preponderantemente os reflexos das migrações forçadas. Neste, é forte a correlação entre os grupos esmagadoramente preenchidos por indivíduos de classe social mais baixa, bem como deve-se prestar atenção para o critério de raça contido no cenário no que tange ao recorte dos sujeitos forçados a se deslocar.

Os seres humanos sentem a necessidade de compor um grupo social e inserção em uma sociedade que lhe pertença e o proteja. Podemos encontrar aqui o pertencimento como requisito à qualidade de pessoa humana (ARENDT, 2013).

Ao abordar o tema do Refúgio, portanto, não se fala somente de violações aos direitos humanos, da ofensa de direitos específicos, mas da perda de sua comunidade de origem, ou seja, do grupo capaz de lhe garantir proteção e

⁵ Em inglês, no original: Venezuela is responsible for violations of the right to life and physical integrity of hundreds of victims on two levels. Firstly, the state has failed to guarantee the right to life in a context of violence between private individuals. And secondly, the state has implemented repressive measures, adopting military methods, in responding to crime, that have led to serious human rights violations, in particular extrajudicial executions. Tradução do autor



acolhimento. Tem-se, nesta lógica, que “o homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade” (ARENDT, 2013, p. 317).

Para a análise dessa pesquisa nos interessa a noção de violência como motivo de perseguição ou fundado temor de perseguição, seja esta violência física ou não, porque a

Violência inclui tanto clara e imediata violência física, e circunstâncias coercitivas que têm efeitos ameaçadores similares. Vida inclui tanto existência biológica quanto existência social, e o material básico e as condições organizacionais para mantê-los. Quanto mais imediata e intensa a violência que ameaça a vida é, mais claramente a pessoa é um refugiado do que um migrante (ZOLBERG; SUHRKE; AGUAYO, 1989, p.31).⁶

Não importa, igualmente, se o Estado, outro agente social ou até mesmo um grupo deles perpetue a perseguição contra o solicitante, bem como a violência pode ser indireta, bastando que impeça a condição de vida regular, com respeito aos direitos básicos de todo ser humano, conforme reconhecido nos mais importantes tratados internacionais de direitos humanos. (ZOLBERG; SUHKE; AGUAYO, 1989).

Nesse sentido é que mobilizamos o conceito de biopolítica de Michel Foucault (2008, p.431), importante para a compreensão e estudo das migrações forçadas, funcionando como uma nova óptica e abordagem para o tema. O mesmo pode ser entendido como “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”.

Neste sentido, atos de coleta de impressões digitais, identificação e ser provido com documentos que ofereçam proteção legal, são exemplos de tecnologias de biopolítica de um governo (DAVIES; ISAKJEE; DHESI, 2017). O controle das populações por meio de uma singularização do gerenciamento dos sujeitos, sintetizado no aforismo fazer viver, deixar morrer, diz respeito às formas de governar

⁶ Em inglês, no original: Violence includes both clear and immediate physical violence, and coercive circumstances that have similarly threatening effects. Life includes both biological existence and social existence, and the basic material and organizational conditions necessary to maintain them. The more immediate and intense the life-threatening violence is, the more clearly a person is a refugee rather than a migrant. Tradução do autor.



no século XX, de um Poder Soberano que deixa de prover políticas públicas visando a saúde, negligenciando o acesso ao conjunto de Estado de Bem Estar Social.

Contudo, embora Foucault tenha cunhado uma teoria e um termo para tais processos, Achille Mbembe contribui com o desenvolvimento do que chamou de Necropolítica, a fim de conceitualizar os casos mais extremos de regulação corporal (DAVIES; ISAKJEE; DHESI, 2017).

O poder de determinar quem deve morrer e quem deve viver nada mais é do que a expressão máxima do sentido de Soberania, onde escolher quem tem o direito à vida e quem não tem são os limites e ao mesmo tempo seus atributos fundantes, em sua inversão fazer morrer, deixar viver (MBEMBE, 2018).

As ideias de Hannah Arendt podem ser utilizadas aqui para elucidar melhor o proposto, conforme:

aquilo que a princípio parecia impossível desde os romanos e, de fato, nos três ou quatro séculos que chamamos de tempos modernos, posto que não estava mais no coração do mundo civilizado o extermínio de povos inteiros e o arrasar de civilizações inteiras, foi empurrado, de novo, de um só golpe, para o âmbito do possível – possível demais (ARENDR, 1998, p. 92-93).

Nesta lógica, quem detém o controle sobre a mortalidade, quem traça as linhas de quais grupos e seres são perseguidos e muitas vezes expulsos de determinado local é soberano e está exercendo a soberania no seu teor máximo.

Desde a era clássica o poder do soberano incluía o caminho de decidir sobre a vida e a morte. Num sentido jurídico de poder decidir sobre outros, sobre corpos, confiscar bens e, até mesmo, em momentos de extrema centralização de poder, como durante o Absolutismo, decidir sobre a morte de alguém. Quando, então, com o decorrer dos anos, o poder deixa de estar na coroa sobre a cabeça do rei e passa para a tutela do Estado (RABINOW; ROSE, 2006).

Com esta mudança, as guerras não seriam declaradas em nome de um rei, de um soberano ou de um chefe de estado, mas sim em defesa da manutenção da existência de todos, sendo o Holocausto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) um caso emblemático em que:

populações inteiras são mobilizadas para o interesse do massacre total em nome das necessidades da vida (...). É como administradores da vida e da sobrevivência, dos corpos e da raça,



que tais regimes têm sido capazes de declarar tantas guerras, fazendo com que tantos homens sejam mortos (FOUCAULT, 1999, p.137).

Ainda por meio do conceito de biopolítica, pode-se também chegar à conclusão de que

alude a uma mudança histórica em direção ao uso do poder para proteger, regular e gerenciar a vida da população "legítima". A biopolítica pode, portanto, referir-se ao surgimento de estados-nação liberais, frequentemente usando um vasto espectro de aparatos democráticos, legais e gerenciais para administrar a vida dentro e, às vezes, além de suas fronteiras (DAVIES; ISAKJEE; DHESI, 2017, p.1267).⁷

Poderia ser dito que o conceito de Necropolítica de Mbembe inverte o conceito anteriormente cunhado por Foucault no sentido de que para este existe uma política de "fazer morrer e deixar viver", enquanto que para aquele o mais adequado seria "fazer viver e deixar morrer", no que tange, principalmente, a população e grupos em vulnerabilidade (DAVIES; ISAKJEE, DHESI, 2017). No entanto, isso não se verifica, pois ambos funcionam de forma autômata, dado que indicam uma articulação - e não uma oposição - entre as ideias de soberania e biopolítica pelos governos, ao justificar sua incidência sobre o corpo visando a morte (GOMES, 2019).

Nessa lógica, não necessariamente precisa ser por meio da ação que se exerce o poder de decidir sobre corpos e vidas. Pode ser igualmente de maneira a não agir que se sanciona milhares de pessoas à morte. Qual exemplo poderia explicar isso melhor do que os países que compõem a União Europeia, após impedirem milhares de barcos com centenas de solicitantes de refúgio de atracarem em seus portos, nada fazerem para resgate dos sobreviventes de recorrentes naufrágios?

Com a atual crise de refugiados que serve como pano de fundo para o cenário mundial, grupos cada vez maiores de pessoas sem lar procuraram guarida sob outros Estados.

⁷ Em inglês, no original: alludes to a historical shift towards the use of power to protect, regulate, and manage the life of the "legitimate" population. Biopolitics can therefore refer to the emergence of liberal nation-states often using a vast spectrum of democratic, legal and managerial apparatus in order to administer life within, and sometimes, beyond its borders. Tradução do autor.



Não somente quaisquer grupos de pessoas, mas é necessário que seja dito, grupos de pessoas de etnias com um recorte interseccional negligenciado: negros, indígenas e mulheres, principalmente, com diferentes culturas, os quais, de acordo com a retórica da maioria dos governos dos países centrais, colocaria em risco o equilíbrio da economia interna.

Não é difícil verificar que o acolhimento de refugiados é indesejável. Tanto a ação quanto a inação são instrumentos de controle (AGIER, 2006), sendo que facilmente pode-se aplicar tal perspectiva à crise de refugiados da Europa, como na realidade observada atualmente no Brasil e na América Latina em geral.

A indiferença deliberada de políticas públicas pode ser considerada uma violência para com o grupo de refugiados, a “violência pode ser infligida indiretamente, através da imposição de condições que tornem a vida normal impossibilitada” (ZOLBERG; SUHRKE; AGUAYO, 1989, p.33).

Nesse sentido também podemos pensar as falas de Agamben (2007), em sua analogia do Homo Sacer, a figura jurídica do Direito Romano, que por ser responsável pelo cometimento de determinado crime pode receber uma pena de morte, mas ao mesmo tempo é indesejável de ser sacrificado aos Deuses. Sendo, portanto, indesejado pelos Deuses e pelos homens.

Em uma análise aprofundada do que significaria a transformação da política em biopolítica, Agamben (2007) evidencia a comparação entre campos de concentração e campos de refugiados. Aqui a Soberania é sobreposta à vida nua, natural, destituindo do indivíduo a vida qualificada.

O caso europeu fica ainda mais alarmante quando pensamos nos campos de refugiados, como o caso de Calais, na França, o principal da região, por sua localização estratégica no Canal da Mancha. Manter determinado grupo em campos, apartados do restante da população e com direitos restritos trata-se, nada mais, do que instrumento de controle de massas, conforme as palavras de Michel Agier

a vontade de muitos governos dos países de acolhida de agrupá-los em campos em vez de deixá-los disseminados no seio da população, todas essas práticas denotam uma mesma obsessão de controle. Sob esse aspecto, os campos representam uma das múltiplas ramificações da sociedade de controle (AGIER, 2006, p.199).



Não se deve pensar nos conceitos de biopolítica e necropolítica como opostos, mas sim na sua possibilidade de existência conjunta e dialética. Justamente no caso dos campos de refugiados fica evidente tal coexistência, onde é possível verificar regulamentações biopolíticas que cedem espaço para inações necropolíticas, formando uma gestão brutal (DAVIES; ISAKJEE; DHESI, 2017).

Contudo, é preciso ser destacado que a existência de campos de refugiados não é exclusividade europeia, dado que na América Latina existem campos similares, como no estado de Roraima, que até outubro de 2018 contava com 13 abrigos em funcionamento para cerca de 3,4 mil venezuelanos de idades distintas⁸.

Neste momento, é importante destacar o papel de destaque que a autora Saskia Sassen reserva em “Expulsões” para o capitalismo no momento de demonstrar de que forma a economia global afeta a vida no planeta. De forma contundente, períodos distintos da economia são estudados, sendo que neste o foco se dá a partir de década de 1980, momento em que “a globalização do capital e o aumento brusco das capacidades técnicas produziram enormes efeitos em escala” (SASSEN, 2016, p. 11). Tal período pode ser compreendido como a mudança de políticas keynesianas e o ressurgimento de uma ideologia neoliberal, o momento de um capitalismo avançado, conforme este

representava um grande afastamento do período keynesiano, quando o crescimento econômico era impulsionado não pela financeirização de tudo, mas pela enorme expansão das economias materiais, como a manufatura em grande escala e a construção, também em grande escala, de infraestruturas e de subúrbios (SASSEN, 2016, p. 19).

Sendo assim, é possível verificar uma semelhança nas obras de Foucault e Sassen a partir da escolha de reservar espaço para o estudo da influência da economia no desenvolvimento da vida social dos indivíduos.

A inserção de tais corpos aos modos de produção e o ajustamento da sexualidade vai de encontro ao que Saskia analisa em Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global, na medida em que a autora traz a sua principal indagação do livro ao questionar o que acontece aos corpos que não mais se

⁸ Segundo os dados da ACNUR para julho de 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/07/14/monitoramento-e-acao-acnur-apoia-venezuelanos-fora-de-abrigos-em-roraima/> Acesso em 6 de agosto de 2020.



encaixam e são expulsos, empurrados às pressas para fora do limite sistêmico (SASSEN, 2016).

Na obra, Sassen questiona qual é o limiar de um sistema que tem como característica o capitalismo tardio e avançado, um mundo de privatizações, desregulamentação e fronteiras abertas, que se originou a partir da transição do keynesianismo à era global. Porém, alocado sob um ensurdecedor paradoxo, pois embora seja um planeta de fronteiras abertas, que atrai determinadas pessoas para o seu interior, igualmente impulsiona outras para suas margens, geralmente verdadeiras expulsões (SASSEN, 2016).

Contudo, incorre em erro quem compreende a obra de Sassen como objetiva a tratar apenas de casos de expulsões de vidas humanas, uma vez que a autora holandesa reserva boa parte de seu livro para tratar da fauna e da flora, dos casos em que a expulsão atinge casos inimagináveis e, por exemplo, torna uma terra morta e infértil de forma indeterminada (SASSEN, 2016).

De certa forma pode-se considerar que Foucault aborda em seu livro de que maneira tecnologias de poder foram utilizadas para a incorporação dos indivíduos em um sistema, com suas mais variadas esferas - econômica, social, biológica, etc - enquanto Sassen foca sua atenção em um segundo momento, quando as complexidades do nosso sistema começam a evidenciar o seu limiar e limites na medida que não comporta determinados corpos e os expulsa (SASSEN, 2016).

Quando Foucault lança mão de sua teoria do biopoder, pode-se compreender que possíveis exemplos seriam na forma das disciplinas, na busca pela regulamentação da população, da disciplina sexual que busca o controle demográfico, da estimativa dos recursos de uma sociedade em relação ao seu número de habitantes, a tabulação de riquezas, na circulação das vidas, conforme

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente, na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2018, p. 204).



O que acaba por, mais uma vez, se relacionar com os meios de produção, com o sistema econômico capitalista e a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção, que, depois, de acordo com as falhas e com as complexidades que surgem no contexto de tal aparelho de produção, são impulsionados para fora.

Saskia Sassen não se propõe apenas a tratar da expulsão física dos indivíduos em sua obra, também abordando igualmente a expulsão no sentido inverso da incorporação dos indivíduos pelo Estado, no seu sentido de bem estar social e reconhecimento social (SASSEN, 2016).

No sentido de tratar acerca dos casos de expulsão, pode-se perceber similaridade com o que Didier Fassin estuda em “Humanitarian reason: a moral history of the present”, originalmente publicado em 2010. Ao passo que o autor utiliza eventos catastróficos como terremotos, tempestades, guerras, epidemias, incêndios – estes, igualmente analisados por Sassen - que causam grande sofrimento para analisar de que maneira a compaixão e empatia gerada nos demais pode ser utilizada como catalizador político (FASSIN, 2012).

Neste sentido, com o suporte da análise da transformação do sofrimento alheio em recursos políticos, Fassin cunha o termo do “Governo Humanitário”:

para designar o desenvolvimento dos sentimentos morais na política contemporânea. “Governo” aqui deve ser entendido em um sentido amplo, como o conjunto de procedimentos estabelecidos e ações conduzidas com a intenção de gerenciar, regular, e apoiar a existência de seres humanos (FASSIN, 2012, p. 1).⁹

Nas palavras de Fassin “razões humanitárias governam vidas precárias” (FASSIN, 2012, p. 4), uma vez que quando a compaixão é exercida em espaço público, é sempre direcionada de cima para baixo, do mais poderoso para o mais fraco, mais frágil e vulnerável, sendo

a descrição dos conflitos como crises humanitárias (que justificam a intervenção militar sob a mesma bandeira), iniciativas destinadas a ajudar os pobres, os desempregados, os sem-teto, os doentes sem proteção social, os imigrantes sem direitos de residência e os

⁹ Em inglês, no original: “the description of conflicts as humanitarian crises (which then justifies military intervention under the same banner), initiatives designed to aid the poor, the unemployed, the homeless, the sick without social protection, immigrants without residence rights, and applicants for refugee status—measures and initiatives defined explicitly or implicitly as humanitarian”. Tradução do autor.



requerentes do status de refugiado - medidas e iniciativas definidas explícita ou implicitamente como humanitárias (FASSIN, 2012, p. 5).¹⁰

Percebe-se, portanto, que os agentes aqui citados, os quais geram a compaixão e empatia, servindo de combustível para a política contemporânea, são os mesmos expulsos que Saskia Sassen se debruça em sua obra. As tragédias e sofrimento humano que servem de catalizador para o fazer política do governo humanitário apresentado por Fassin são os mesmos casos de seleção selvagem e expulsão aguda que Saskia Sassen exaustivamente aborda em sua obra.

Ora, estamos diante de um cenário contraditório, sendo impossível que casos extremos de sofrimento chamem atenção de instituições humanitárias ao redor do mundo e ao mesmo tempo somente aumentem de forma desenfreada e tendo como combustível nosso sistema econômico. Sendo assim, Fassin chama a atenção para o cinismo na construção do discurso das razões humanitárias,

quando se emprega a linguagem dos sentimentos morais ao mesmo tempo em que se implementa políticas que aumentam a qualidade social, medidas que restringem os direitos das populações imigrantes ou operações militares com objetivos essencialmente geoestratégicos - para usar apenas os exemplos anteriormente evocados. Nessa visão, a linguagem do humanitarismo não passaria de uma cortina de fumaça que se assemelha ao sentimento, a fim de impor a lei do mercado e a brutalidade da realidade política (FASSIN, 2012, p. 2).¹¹

O centro de análise do autor reside na mudança do significado da violência e da injustiça para a sociedade, uma vez que agora justificamos nossas ações de outra maneira, na extensão que governos, por exemplo, utilizam tais fatores para respaldar o aumento no número de intervenções armadas sob a bandeira humanitária (FASSIN, 2012).

Com essas ponderações, pode-se depreender alguns pontos de encontro entre as teorias desenvolvidas por Michel Foucault, Saskia Sassen e Didier Fassin em suas obras, mesmo que haja um intervalo significativo entre o lançamento de cada uma delas.

¹⁰ Em inglês, no original: "the description of conflicts as humanitarian crises (which then justifies military intervention under the same banner), initiatives designed to aid the poor, the unemployed, the homeless, the sick without social protection, immigrants without residence rights, and applicants for refugee status—measures and initiatives defined explicitly or implicitly as humanitarian". Tradução do autor.

¹¹ No original, em inglês: "when one deploys the language of moral sentiments at the same time as implementing policies that increase social inequality, measures that restrict the rights of immigrant populations, or military operations with essentially geostrategic goals—to take only the examples previously evoked. In this view, the language of humanitarianism would be no more than a smoke screen that plays on sentiment in order to impose the law of the market and the brutality of realpolitik." Tradução do autor.



Análise das Entrevistas

É importante salientar que todas as entrevistas foram realizadas em português, e que alguns dos entrevistados possuem limitações consideráveis com a língua, o que gera ruídos de comunicação e dificulta a interlocução. Isso se soma principalmente ao fato de serem sujeitos que passam por situações traumatizantes e desconfiam que o pesquisador possa estar agindo de má-fé, que vá entregar informações para algum órgão governamental, como a Polícia Federal (PF), por exemplo.

Independente de serem pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio ou que “apenas” se autoidentificam como protagonistas de um processo de deslocamento forçado – critério utilizado por mim no recorte da pesquisa, tais pessoas chegam ao Brasil em busca de proteção e enfrentam as mais diversas dificuldades em nosso país. Por exemplo, a primeira delas é o próprio reconhecimento da condição de refugiado, tendo em vista a morosidade dos processos jurídicos e administrativos.

Além disso, são diversos impasses que diariamente precisam ser enfrentados, que vão desde

o alcance da documentação migratória, a validação do diploma, o difícil acesso ao sistema bancário, o período de adaptação e reconhecimento em termos territoriais do novo bairro e da própria cidade, até a saudade da vida que deixou e das pessoas que permaneceram no seu país de origem (DPU, 2018, p.39).

Não são apenas as barreiras e fronteiras concretas que as pessoas que migram precisam lidar. Existem os obstáculos linguísticos, a cultura diferente, as dissemelhanças de costumes e legislação.

Com efeito, podemos afirmar que não é simples se estabelecer em um ambiente diferente do que lhe é costumeiro. Quando pensamos em migrantes econômicos, que decidem modificar seu local de residência em busca de uma vida econômica mais confortável, embora suas vidas estivessem ao mínimo de subsistência considerado digno pelos tratados de Direitos Humanos, o processo migratório não é fácil, aguçado para os casos de deslocamento forçados. A complexidade aumenta para as pessoas que tiveram que largar toda uma vida para



se salvar e salvar a vida de seus familiares e ir à busca de proteção em algum país que aceitasse recebê-las.

Em dezembro de 2019 realizei a primeira entrevista de campo, de forma semiestruturada, com um venezuelano de 19 anos de idade, aqui denominado Carlos – com a finalidade de proteger a sua identidade, solicitante de refúgio no Brasil e atualmente residente na cidade de Pelotas.

Carlos, apesar de ser jovem, apresenta uma história muito rica em acontecimentos, principalmente durante seu período universitário, quando se juntou a uma chapa de grêmio estudantil a fim de disputar o mandato com o grupo que ocupava os cargos desde meados de 2004 sem eleições, por estarem coligados ao governo local.

Durante este período teve um forte envolvimento militante e participou de vários protestos e embates que tiveram um desenrolar violento. De acordo com sua fala: “fiz protestos, paralisou estradas que davam acesso à Universidade. Foram usadas balas de borracha e gás lacrimogêneo contra nós estudantes”. Em tais protestos o jovem ainda comenta que a polícia recorria ao apoio das populações que residiam nos arredores da Universidade para que se revoltassem e entrassem em confronto com os estudantes.

Carlos estudava na cidade de Cumaná, onde residia até sua vinda para o Brasil. Relatou, ainda, que durante os protestos gerais de 2017 contra o governo de Nicolas Maduro, participou das manifestações em sua cidade, situada na região Norte do país, ao litoral. Chama a atenção as palavras escolhidas usadas para descrever os eventos: “dessa vez foi grave, com tanquetas e atropelamentos” e, posteriormente, “vários colegas desaparecidos”.

O jovem estava em uma graduação universitária em Química e demonstra forte interesse em retomar seus estudos na cidade de Pelotas, mas encontra dificuldade para ingressar, uma vez dominar pouco o idioma português. Gostaria tanto de ter finalizado sua graduação que após acompanhar sua família até a fronteira com o Brasil para ajudar na viagem do pai e irmão mais jovem que possui complicações de saúde, retornou para a sua cidade, mas se viu impedido, uma vez que o laboratório e as salas de aula estavam depredados e inutilizados – momento que decidiu definitivamente por solicitar refúgio junto ao Estado brasileiro.



Chegou ao Brasil em 26 de agosto de 2018, pela fronteira de Roraima, após onze dias de viagem. Por meio do projeto de interiorização obteve a oportunidade de vir residir no Rio Grande do Sul. Em 16 de maio de 2019 chegou à cidade de Piratini e em junho do mesmo ano, em Pelotas. Salienta que suas passagens foram pagas pela Cáritas, ligada à Igreja Católica. Até o momento da entrevista Carlos residia sozinho na cidade de Pelotas, enquanto o restante de sua família, composta por seus pais e três irmãos mais jovens, se encontrava no estado do Ceará, no nordeste do país.

Ao questionar o jovem sobre a tramitação do seu processo de refúgio, ele informou que a morosidade do processo o levou a desistir da tramitação, aliado ao fato de que havia obtido êxito na procura por emprego formal, o que lhe habilitava a solicitar visto de residência no país. Contudo, se identificava como um refugiado, por ter passado por um processo de deslocamento forçado.

Em um segundo momento, tive a oportunidade de entrevistar Eduardo – nome também fictício a fim de proteção da identidade, como todos os que seguirão, um venezuelano de 28 anos de idade. Tive acesso ao contato do Eduardo porque este foi colega de um ingressante no mestrado de Sociologia do Programa de Pós Graduação da UFPel de 2020 no curso de idiomas do Centro de idiomas da universidade, em um curso de português voltado aos imigrantes.

Realizei a entrevista em março de 2020, de forma presencial, também por meio de um roteiro de perguntas semiestruturadas. Eduardo saiu da Venezuela em agosto de 2018, tendo, em um primeiro momento, adentrado o território da Colômbia, pela cidade fronteiriça de Cúcuta, onde, logo, ingressou em um ônibus até a fronteira com o Equador, na cidade de Tulcán e, então, finalmente, até a cidade de Lima, no Peru. Tendo permanecido no país até o mês de agosto de 2019, quando veio para o Brasil, diretamente para a cidade de Pelotas.

No context turbulento da pandemia de Covid19 que tive a oportunidade de entrevistar Cristian, de maneira virtual, a fim de respeitar as medidas de proteção, bem como a minha saúde e do entrevistado. Utilizando e-mail, enviei uma versão levemente modificada do roteiro de entrevistas anteriormente desenvolvido, para que respondesse. As respostas são mais concisas se comparadas as entregues durante um diálogo presencial.



Cristian possui 23 anos de idade e era estudante de graduação em engenharia mecânica, ainda que encontrasse muitas dificuldades de completar o ensino superior devido as greves que ocorriam. Em três anos de estudo conseguiu concluir apenas três semestres. O entrevistado anterior, Eduardo, me passou o contato de Cristian, pois ambos foram contemplados pelo edital da OEA anteriormente mencionado. O jovem de 23 anos, por outro lado, é estudante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no curso de cinema e audio visual, estando em Pelotas e na UFPel por meio de programa de mobilidade acadêmica nacional.

Os relatos de Cristian entregam situações de violência latentes, assim como do primeiro entrevistado, como, por exemplo:

“Fui parte das pessoas que se aderiram nos protestos contra a ditadura e amigos e conhecidos foram detidos durante as manifestações, o apartamento da minha amiga foi queimado pelas forças policiais, tenho amigos com familiares mortos durante esse período”.

Por fim, no dia 20 de julho de 2020 consegui realizar a quarta entrevista, dessa vez com um jovem de 19 anos, aqui chamado de Lucas. Este jovem conseguiu migrar com todo seu núcleo familiar. Embora também alegue que o deslocamento se deu de forma forçada, pois toda sua família gostaria de continuar residindo na Venezuela e apenas optou por sair do país devido as péssimas condições de subsistência, notei que encontra dificuldade em perceber os processos de violência pelos quais passou, ao afirmar “não na verdade não, e aqui tampouco não” como resposta à pergunta sobre viver sob situação de risco na Venezuela ou aqui no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007;

_____. Estado de Exceção. **Homo Sacer, II, I**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2004;

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social**, Vol. 18, No. 2, São Paulo, 2006;



ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Protocolo sobre o estatuto dos refugiados. In: ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado**. Lisboa: ACNUR.1996; _____ . Relatório Tendências Globais. 2018;

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Edição de Bolso. Companhia de Bolsa, 2013;

_____. **O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998;

COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS (CONARE). **Relatório Refúgio em Números**. 2018;

DAVIES, Thom; ISAKJEE, Arshad; DHESI, Surindar. Violent Inaction: The Necropolitical Experience of Refugees in Europe. **Antipode**, Vol. 49, No. 5, p. 1263-1284, 2017;

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). **Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo**. Brasília, 2018;

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: A moral history of the present**. Editora University of California Press, 2012;

_____. Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times. **Annual Review of anthropology**, v. 40, p. 213-226, 2011;

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF, 2018;

_____. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999;

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Martins Fontes, 2008;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008;

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. O conceito de necropolítica: ensaio de alguns porquês e as razões de agora. **Horizontes ao Sul**. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/09/17/O-conceito-de-necropol%C3%AAdica-ensaio-de-alguns-porqu%C3%AAs-e-as-raz%C3%B5es-de-agora>. Acesso em 2 de agosto de 2020;

GUERRA, Sidney. Refugiados ambientais no Brasil: uma abordagem a partir do caso do Haiti. **NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v.38, n.2, jul./dez., p. 191-211, 2018;

INTERNATIONAL AMNESTY. **This is no way to live: Public Security and right to life in Venezuela**. Setembro de 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR5389752018ENGLISH.PDF>. Acesso em: 10 de agosto de 2019;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011;



OBSERVATÓRIO VENEZUELANO DE VIOLENCIA (OVV). **Informe OVV de Violência 2018**. Junho de 2018;

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÕES (OIM). **IOM Global Migration Data Analysis Centre (GMDAC)**. Fatal Journeys: Missing Migrant Children. Volume 4, 2019;

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Informe del Grupo de Trabajo de la Organización de los Estados Americanos para Abordar la crisis de migrantes e refugiados venezolanos en la región**. Junho de 2019;

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Thoughts on the Concept of Biopower Today. **BioSocieties**, Vol. 1, No. 2, maio de 2016;

SASSEN, Saskia. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Harvard University Press, 2014;

ZOLBERG, Aristide R.; SUHRKE, Astri; AGUAYO, Sergio. **Escape From Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World**. Oxford: Oxford University Press, 1989.